

HISTÓRIA INDÍGENA E HISTÓRIA AMBIENTAL NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO: OS XUKURU DO ORORUBÁ

Edson Silva*

RESUMO

Neste artigo discutimos as possibilidades operativas para a construção de uma historiografia dos povos indígenas, a partir da questão fundante sobre o significado de uma história indígena e uma história dos índios, tomado tantas vezes como perigosa – e imprecisamente – como sinônimo, interrogando, a partir da presença histórica dos indígenas brasileiros, o sentido atribuído por cada uma e pelo conjunto das leituras que se faz deste grupo humano na sociedade brasileira ao longo de sua história.

Palavras-chaves. Povos indígenas, historiografia, Brasil

ABSTRACT

In this article we discuss the operational possibilities for the construction of a historiography of indigenous peoples, based on the underlying question about the meaning of an Indian history and an Indian history, taken as many times as dangerous - and inaccurately - as a synonym, From the historical presence of the Brazilian Indians, the sense attributed by each one and by the set of readings that are made of this human group in Brazilian society throughout its history.

Keywords. Indigenous peoples, historiography, Brazil

Introdução

Até onde é possível pensarmos uma história indígena ou uma história dos índios? Os índios estão fora da História, enquanto história da humanidade? Algum grupo humano vive totalmente isolado, sem estabelecer relações com outros grupos humanos? Apesar de usarmos grosso modo a expressão *história indígena*, não é possível pensar, discutir e escrever uma história dos povos indígenas enquanto uma história étnica, uma história específica. Tal empreitada estaria fadada ao fracasso, pois existem diferentes povos indígenas. Seria uma história de cada povo ou uma história de todos os povos indígenas, correndo-se os riscos de generalizações e ignorando, omitindo, desconsiderando as singularidades socioculturais de cada povo indígena?

Ao invés de uma história dos povos indígenas, pensamos que o mais preciso é discutir os índios na História, verificar como cada povo indígena participa, enquanto campo de relações, em diversos espaços e com diferentes grupos sociais e atores sociohistóricos: os índios e a colonização; os índios e os povos negros, ciganos, os

*Professor Titular de História do Colégio de Aplicação da UFPE. Doutor em História Social pela UNICAMP. É professor de História no CENTRO DE EDUCAÇÃO/Col. de Aplicação-UFPE/Campi Recife. Leciona no PROFHISTÓRIA/UFPE, no Programa de Pós-Graduação em História/UFCG (Campina Grande-PB) e no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UFPE/Campus Caruaru, destinado a formação de professores/as indígenas em Pernambuco. E-mail: edson.edsilva@hotmail.com

diferentes povos europeus; os índios e os Estados nacionais; os índios e as mobilizações sociopolíticas, dentre outras temáticas. Afirmamos, portanto, a compreensão dos povos indígenas como atores históricos ao lado de outros sujeitos sociopolíticos que atuam/participam nos processos históricos da história da humanidade.

Durante muito tempo, nos estudos sobre a História do Brasil, além das referências ao índio dos primeiros anos da colonização, predominou a visão sobre os povos nativos como vitimados pelos inúmeros massacres, extermínios, genocídios e etnocídios provocados pelas invasões e colonização dos portugueses e outros povos vindos da Europa a partir de 1500. Além disso, os poucos índios sobreviventes que estariam condenados ao desaparecimento, engolidos pela marcha colonizadora, pelo progresso e por meio da “aculturação”, foram integrando-se à nossa sociedade. Em geral, essas ideias são as que permanecem sendo ensinadas nas escolas e mesmo nas universidades; elas ainda aparecem em manuais didáticos, principalmente nos livros de História do Brasil, e também são veiculadas pela mídia e expressadas pelo senso comum.

Contrariando todas as previsões trágicas, os povos indígenas no Brasil, ao longo dos anos de colonização, não somente elaboraram diferentes estratégias de resistência, seja através de guerras ou confrontos, seja por meio de alianças, acomodações, adaptações e simulações diante das situações criadas com a colonização, como também alcançaram, nas últimas décadas, um considerável crescimento populacional, segundo estimativas do IBGE em 2010. Questionou-se, assim, as tradicionais visões eurocêntricas, colonialistas e evolucionistas, as quais tratavam esses povos como atrasados e como vítimas impotentes em extinção, o que exigiu reformulações das teorias explicativas sobre seus destinos.

Foi também superada a clássica visão dos viajantes e cronistas coloniais, retomada pelos historiadores brasileiros no século XIX e também muito presente nos livros didáticos de História, classificando os povos indígenas entre os “Tupi” e os “Tapuia”. Essa costumava ser uma ideia equivocada que dividia os grupos indígenas em dois blocos monolítico antagônicos, sendo os “Tupi” os aldeados mansos e os “Tapuia” chamados de bárbaros, selvagens habitantes dos sertões e bastante perseguidos. Tais classificações escondiam as diversidades e as dinâmicas socioculturais dos povos indígenas em todas as regiões do país.

Os povos indígenas no Nordeste ocupam cada vez mais o cenário sociopolítico regional, questionando os tradicionais discursos e imagens que ainda advogam a inexistência, a extinção ou o gradual desaparecimento dos índios na Região. Até bem recentemente, os indígenas no Nordeste foram desconsiderados nas reflexões históricas,

antropológicas e das Ciências Humanas e Sociais, numa visão baseada em concepções da aculturação ou mestiçagem, formulada após a extinção oficial dos aldeamentos em meados do século XIX.

Os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos foram chamados de “caboclos”, condição essa muitas vezes assumida pelos indígenas para esconder a identidade étnica diante das inúmeras perseguições. A essas populações foram dedicados estudos sobre seus hábitos e costumes, considerados exóticos, suas danças e manifestações folclóricas, consideradas em vias de extinção. De tal forma também aparecerem nas publicações de escritores regionais, cronistas e memorialistas municipais, os quais exaltaram de forma idílica a contribuição indígena nas origens e na formação social de cidades do interior do Nordeste.

A imagem do caboclo aparece em obras literárias sobre fatos pitorescos, recordações, “estórias” de regiões no Semiárido, como personagens típicos e curiosos que buscavam se adaptar às novas situações, ou como sem-terras, vagando em busca de trabalho para sobrevivência. Escritores renomados, intelectuais e pesquisadores como Gilberto Freyre, Raquel de Queiroz, Câmara Cascudo, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Jorge Amado, ou ainda antropólogos como Darcy Ribeiro, só para citar alguns dentre os nomes mais conhecidos, quando se referiram aos indígenas remeteram a um passado idílico, omitindo a presença indígena contemporânea no Nordeste.

As violências da ocupação colonial portuguesa foram tamanhas que se registram, na atualidade, poucos povos indígenas habitantes no litoral. Embora as invasões com as fazendas de gado no Sertão nordestino também tenham ocorrido por meio de guerras e conflitos com os nativos, possivelmente a dimensão espacial favoreceu a dispersão e resistência de um considerável número de grupos indígenas, como é expresso pelos diversos povos conhecidos no interior do atual Nordeste brasileiro.

Os povos indígenas do Semiárido retomaram suas mobilizações desde as primeiras décadas do século XX, conquistando o reconhecimento do Estado brasileiro com a instalação de postos indígenas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ainda que a atuação desse órgão governamental tenha sido muito assistencialista, sem garantir, de fato, as terras indígenas. Os povos indígenas no Nordeste, portanto, se constituem em um desafio, uma demanda para a compreensão dos processos históricos que resultam nas mobilizações sociopolíticas atuais pelas reivindicações, conquistas e garantias de seus direitos.

Uma História Ambiental é o exercício de pesquisas, estudos e reflexões que buscam estabelecer as relações entre grupos humanos e as condições de vida em que habitam. Ou seja, contribuir para discussões na perspectiva histórica que evidenciem as relações de poder, o acesso e a utilização de recursos naturais. Em nossa abordagem, privilegiamos grupos socialmente excluídos – no caso, os indígenas – nas suas interações com o Ambiente. Foi, portanto, nessa perspectiva que buscamos compreender o povo indígena Xukuru do Ororubá, habitante nos municípios de Pesqueira e Poção, na chamada região do Semiárido pernambucano.

As invasões coloniais no Semiárido pernambucano

A partir de meados do século XVII, depois do fim do domínio holandês na Capitania de Pernambuco, foi impulsionada a colonização portuguesa para o interior. As terras da região costeira estavam ocupadas com a lavoura da cana-de-açúcar e multiplicaram-se os pedidos à Coroa Portuguesa de terras no “sertão”: senhores de engenho alegavam possuir gados sem terras onde pudessem criá-los (MEDEIROS, 1993).

Foram concedidas sesmarias pelo governo português, legitimando-se o expansionismo colonial com a invasão das terras indígenas. Os colonizadores, além de conflitos com os indígenas, enfrentavam também os quilombolas de Palmares, que haviam ampliado seu domínio de territórios desde a Zona da Mata até os “sertões” (Agreste pernambucano), durante o período em que as forças portuguesas empenhavam-se em libertar a Capitania do domínio holandês.

Os conflitos que resultaram das invasões coloniais nos territórios indígenas ficaram conhecidos genericamente, na historiografia, como a “Guerra dos Bárbaros”, e se estenderam por todo o interior nordestino, nas regiões que hoje correspondem ao Sertão da Bahia e do Maranhão, durando desde o último quartel do século XVII até a segunda década do século seguinte (PUNTONI, 2002). Muitos indígenas morreram nos combates ou foram reunidos nas missões.

Para a instalação das fazendas de gado no Agreste e Sertão pernambucano, era necessário amansar os índios “hostis”. Em 1661, o governador Francisco de Brito Freire informava o aldeamento de muitos “tapuias”, até aquele momento considerados “indomáveis”, tendo sido constituídas duas novas povoações com igrejas, sob a responsabilidade do Pe. João Duarte do Sacramento, fundador da Congregação do Oratório no Brasil (MEDEIROS, 1993).

Uma das missões dos oratorianos, seguindo o curso do rio Capibaribe vindo de Recife, estava localizada em Limoeiro, na Zona da Mata Norte pernambucana, de onde partiram missionários que posteriormente se instalariam no Brejo da Madre de Deus, no Vale do Ipojuca, para daí aldear outros indígenas na região mais próxima, fundando o aldeamento do Belo Monte, o qual, com a reforma pombalina, passou a se chamar Cimbres, onde habitavam os índios Xukuru.

A região, que foi chamada de “sertões” desde o período colonial até os primeiros anos da República e é atualmente conhecida por Agreste, compreende 24.400 km do estado de Pernambuco onde estão localizados diversos municípios e situa-se entre a Zona da Mata, o litoral úmido e o Sertão propriamente seco, no Semiárido. O Agreste é uma região de transição climática na qual predomina o bioma Caatinga, cujo ecossistema complexo contém tanto as áreas com poucas incidências de chuvas e secas periódicas quanto os brejos, sejam de altitudes ou de pé-de-serra, regiões úmidas com pequenos enclaves de matas densas. Por essas razões, é possível pensar o Agreste no plural, como os “agrestes”.

Os brejos como lugares de fertilidade no Semiárido: os conflitos com os índios

São nos brejos que nascem a maioria dos rios no Semiárido nordestino. Em Pernambuco, por exemplo, os rios Capibaribe, Una e Ipojuca nascem em brejos, seguem para o litoral desaguardo no Oceano Atlântico. Com cerca de 250 km de extensão, tendo um terço do seu curso intermitente, o rio Ipojuca foi um dos caminhos da colonização portuguesa para o interior, concentrando, ao longo do seu percurso, a maior densidade populacional urbana do Agreste pernambucano, abrangendo vários municípios, dentre os quais a conhecida cidade de Caruaru.

A sobrevivência humana nessa região do Semiárido está intimamente relacionada a alguns poucos rios perenes que nascem nas serras e correm em direção ao litoral, bem como aos chamados “brejos de altitudes”, espaços de clima amenos nos quais uma elevada densidade populacional coexiste com as atividades agrícolas e a pecuária. A região montanhosa favoreceu a formação desses brejos constituídos de espaços subsumidos (manchas ou bolsões) diante da aridez acentuada do clima predominante.

Historicamente, o Agreste vem desempenhando as funções de fornecedor de gêneros alimentícios e de mão de obra para a Zona da Mata canavieira e para o litoral, por meio das migrações sazonais. O Agreste recebe pequena quantidade de chuvas, é caracterizado pelas “formas ásperas, os solos rasos e não raro pedregosos, a flora

dominante da caatinga e a hidrografia intermitente” (MELO, 1980, p. 173), onde ocorrem secas periódicas, muitas vezes calamitosas, agravando a qualidade dos solos e o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. Nas cercanias do Vale do Ipojuca estão localizados os brejos de São José e Ororubá, ambos situados na Serra do Ororubá, em Pesqueira, e o de Poção, no município vizinho do mesmo nome, além do brejo da Serra do Bituri, localizado entre os municípios de Sanharó, Belo Jardim e Brejo da Madre de Deus.

A fertilidade das terras nos brejos na Serra do Ororubá, onde habita o povo Xukuru do Ororubá, foi sempre evidenciada. No *Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, publicado em 1908, foi ressaltada a produção agrícola de Cimbres, com milho, feijão, mandioca, algodão, fumo, cana-de-açúcar e batatas, além de frutas como ananases, laranjas, cajus, goiabas, bananas e pinha. O autor frisou, porém, que essa produção advinha da Serra, pois, “geralmente fraca no município, a agricultura, é futura na Serra do Ororubá pela uberdade de que oferece” (GALVÃO, 1908, p. 181).

Em outro trecho, o autor afirmou que, além da abundância da criação de gado, cavalos, ovelhas e cabras, existiam animais silvestres na região, como veados, caítilus, onças de diversas espécies, raposas, gatos maracajás, tatus, tamanduás, coelhos, mocós, preás, guarás, furões, maritacas e tejus, juntamente com aves de diversas espécies e portes. Afora o cedro, foram citadas outras árvores nativas e seus usos medicinais:

A aroeira (muito usada no cozimento do entre casca para dores de garganta), o bom nome (com o uso específico das moléstias das vias respiratórias), o jucá ou pau-ferro, o assafraz, guáiacó, cabeça de negro, gitó, parreira brava, japecanga (succedaneo da salsaparrilha), o ingazeiro, jaboticabeira, o imbuzeiro, a catinga de porco (de cujas folhas se faz travesseiros sobre os quais se deitando os doentes de dores de cabeça e tonteiras, dizem cessar o incômodo), o mulungu, o cardeiro (mandacaru), o marmeleiro, o velame o barbatenão, etc. (GALVÃO, 1908, p. 181).

O conhecimento sobre o uso dessas plantas medicinais evidencia a sua tradicional utilização pelos indígenas habitantes naquela região. No Agreste, um ambiente de clima predominante seco e com falta de chuvas, as disputas pelas regiões úmidas e pelas fontes de água eram intensas. Daí os conflitos nas terras do antigo aldeamento de Cimbres envolvendo os fazendeiros invasores e seus primeiros moradores, os índios. A expansão pastoril foi cada vez mais acentuada, restringindo, assim, as lavouras de subsistência. Os brejos das serras, com isso, foram sendo usados como refrigério para o gado, em períodos de longas estiagens:

As serras, muito úmidas no inverno, não se prestam à pecuária e são aproveitadas por agricultores que cultivam cereais, plantas do ciclo vegetativo curto. Na estação seca, após a colheita do feijão, do milho e do algodão, o gado é levado para a serra, para o brejo, onde se mantém com este alimento suplementar à espera de que, com as primeiras chuvas, a caatinga reverdeça. São famosas por servirem de refrigério ao gado certas serras, como as de Jacarará, da Moça e de Ororobá, em Pernambuco. (ANDRADE, 1998, p. 157).

Por outro lado, o plantio do capim para a pecuária, em áreas de caatinga ou nas cercanias das matas de serra, provoca a erosão do solo já tão pobre. A apropriação das terras pelos fazendeiros criadores de gado e o cultivo de pastagens representaram um novo ciclo de relações sociais na região. Ao índio pequeno agricultor cabia utilizar as terras agora consideradas alheias, porque em mãos dos fazendeiros, em regime de cessão de glebas para cultivo e moradia. Em troca, o agricultor plantava o capim destinado ao gado, que era alimentado também de restolhos da lavoura do morador.

Os brejos possuem solos profundos, matas de serras e cursos d'água permanentes, favorecendo a policultura tradicional, com lavoura do feijão, mandioca, café e cana-de-açúcar, a horticultura e a fruticultura, com cultivo de banana, pinha, goiaba, caju, laranja, dentre outras (MELO, 1980).

Notemos, além disso, que, nesses interflúvios e em outros de menor amplitude aparecem manchas numerosas, que, não chegando a constituir verdadeiros brejos, representam áreas onde se atenuam às condições de semiaridez, com seus efeitos benéficos nas atividades pastoris. Atenuação dos efeitos da semiaridez é também a existente nas áreas dos chamados pés de serra, preferidas pela lavoura nos espaços de baixa pluviosidade. (MELO, 1980, p. 181).

Durante muito tempo, a produção de frutas e hortaliças dos brejos abasteceu não somente as feiras das cidades próximas, como também as situadas em bairros do Recife.

O Vale do Ipojuca, por onde corre o rio Ipojuca, estende-se desde a nascente do referido rio na zona rural do município de Arcoverde, localizado quase na metade do estado de Pernambuco, até a cidade de Gravatá, na fronteira entre o Agreste e a Zona da Mata pernambucana. O Agreste se tornou passagem quase que obrigatória para quem se destinava da capital ao interior mais distante da província pernambucana, e foi sendo densamente povoado a partir da rota de expansão da colonização portuguesa, que inicialmente seguiu o curso do rio Ipojuca. No Agreste pernambucano, e mais precisamente no Vale do Ipojuca, entre 1850-1900 ocorreram significativas

transformações socioambientais com a expansão e decadência da lavoura do algodão (1860-1880), a conhecida grande e trágica Seca de 1877 e a extensão da ferrovia do Litoral até Caruaru em 1895 (e posteriormente a outras regiões).

Estudos realizados por pesquisadores de diferentes áreas apontaram o papel sociohistórico do Agreste a nível regional no Nordeste, cuja região cumpre importante função de fornecedora de produtos alimentícios agropastoris, matérias-primas e disponibilidade de mão de obra para as povoações litorâneas, além de atividades pecuárias, bem como a policultura com uma variedade de frutas, legumes e outros produtos agrícolas destinados ao abastecimento das feiras nas cidades vizinhas e na capital. O Agreste é considerado, portanto, um dos espaços dinâmicos da economia brasileira. (MELO, 1980; SOBRINHO, 2005).

Os impactos socioambientais da ferrovia

A conclusão da Estrada de Ferro Central de Pernambuco entre Recife a Caruaru, em 1894, foi saudada com bastante entusiasmo como símbolo do progresso para o município que representava o portal do Agreste. Antes da estrada de ferro, naquela região, “devido à ausência dos meios de transporte, os legumes e cereais ali apodrecem nos anos de fartura” (ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, 1882, p. 46). O trem, portanto, significou, além da segurança, a facilidade do transporte e do escoamento da produção, pois “grande quantidade de solas, couros, algodão, queijo, feijão, etc.” (ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, 1882, p. 46) fora enviada para a capital, como informava, em 1884, o engenheiro Henrique Milet ao Ministério da Agricultura.

Todavia, a expansão ferroviária que favoreceu o aumento da produção agroindustrial no Agreste também provocou o desmatamento e o uso indiscriminado dos mananciais de água naquela região, agravando a situação em períodos de seca. O estudo de um geógrafo em 1956 descrevia a região na qual se localizam os brejos da Serra do Ororubá como de solo arenoso e pedras, com clima semiárido e também semiúmido, onde, durante boa parte do ano, predominava a seca. O gado dividia o espaço com lavouras e plantações de tomate:

O pardo triste da vegetação então despida de folhas e o aspecto agoniado das cetáceas põem em destaque o viço lustroso das cercas vivas dos aveloses que cumprem, entre outras utilidades, a função de separar as áreas do criatório extensivo, em campo aberto, dos tratos de terras culturáveis, enquanto que apenas aqui e ali, em locais aparentemente escolhidos a dedo, algumas raras unidades arbóreas, também sempre verdes, espalmam suas frondes proporcionando o bem-estar de uma sombra. Paisagem esta ainda mais desoladora posta em

comparação com a outra, a da época das chuvas miúdas, quando as caatingas reverdecem e florescem em todo “Seu” esplendor, permitindo a colheita de frutos silvestres, a engorda do gado e o trabalho agrícola nos roçados e nas plantações de tomate. (SETTE, 1956, p. 8).

Os citados roçados eram os sítios, pequenas glebas de terras espremidas entre as áreas de criação das fazendas, que permaneciam nas mãos de umas poucas famílias indígenas. O autor apontava o desmatamento recente das matas existentes nos brejos úmidos característicos da Serra. Restavam insignificantes “retalhos de matas testemunhos”, pois as matas de outrora continuavam a serem substituídas por cafezais, goiabeiras, bananeiras e outras frutas (SETTE, 1956). As matas eram derrubadas também para abastecer de lenha as locomotivas do trem que ligava Pesqueira ao Recife, “as fornalhas das fábricas de doces, os fornos de padaria e fogões domésticos” (SETTE, 1956, p.12). Ocorria, portanto, a destruição do patrimônio natural para atender às exigências da lógica econômica em vigor.

A partir dessa lógica, a Serra estava sendo toda ocupada. Nas localidades mais úmidas predominava a criação do gado de corte e o destinado à produção de leite. Nos sopés da Serra, mais próximos da cidade, constatava-se a “plantation” do tomate destinado à indústria, “enxotando cada vez mais para longe os roçados de subsistência ou mesmo reduzindo as áreas de criação” (SETTE, 1956, p. 14).

Os brejos da Serra do Ororubá foram e continuam sendo os fornecedores de gêneros alimentícios para Pesqueira e região. Na lógica econômica em vigor nos anos de 1950, era trazida do Ororubá a matéria-prima para as indústrias de doces existentes, como registrou o estudioso acerca de uma possível primeira impressão do visitante recém-chegado,

Durante os meses de safra, os caminhões abarrotados de caixotes de frutas e tomates fazem filas diante dos portões dos estabelecimentos fabris enquanto paira no ar cheiro de goiaba em processo de cosinhamento ou o odor acre dos tomates fermentados atraindo enxames de impertinentes moscas. (SETTE, 1956, p. 16).

A madeira utilizada como combustível na indústria provocava a destruição das matas: “Essa dependência ao combustível lenha tem custado à destruição do revestimento vegetal primitivo. As matas do Ororubá e as caatingas altas dentro de uma área de enorme raio acham-se praticamente desaparecidas” (SETTE, 1956, p.89). O desmatamento acelerado, além de influir nas condições do solo na região, prejudicava desde os pequenos agricultores aos fazendeiros, comprometendo a própria indústria:

Também a devastação das matas para exploração da lenha, como já ficou assinalado, não só modifica a paisagem física, mas igualmente altera e dificulta as possibilidades agropecuárias dos fazendeiros e pequenos plantadores, devido ao aceleramento dos processos de erosão dos solos no alto da Serra e ao rápido escoamento e evaporação das águas no pediplano. (SETTE, 1956, p.92).

Para o geógrafo, a criação de gado também era a grande responsável pela degradação na Serra, pois existia “o costume, aliás, já antigo de alguns criadores em soltar os seus gados dentro das ‘mangas’ de ‘refrigérios’ nos brejos úmidos da Ororubá” (SETTE, 1956, p.93). Esses espaços citados pelo estudioso eram locais de clima ameno e irrigados por riachos e fontes de água, onde se concentravam as roças dos pequenos agricultores, os índios cujas terras eram invadidas pelo gado, principalmente nas épocas de longas estiagens.

Também a água para as fábricas e para o consumo dos moradores em Pesqueira provinha da Serra. A fábrica Peixe possuía açudes que abasteciam suas unidades fabris. Todavia, já era vivenciado o “cruciente problema da água”, agravado principalmente na época das secas: “A Prefeitura possui dois açudes no alto da Serra que abastecem mal a cidade sob o regime de racionamento, principalmente durante os meses de estiagem e pior ainda por ocasião das secas” (SETTE, 1956, p.94).

Fertilidade em terras indígenas: diversidade da produção no Semiárido pernambucano

Mesmo com as invasões dos latifundiários, em muitos avisos mensais do “Posto Xucuru” elaborados pelo Chefe do Posto Indígena Xucuru para a direção central do SPI no Rio de Janeiro, foi citado que, no final da década de 1950, nas terras do antigo Aldeamento de Cimbres na Serra do Ororubá, além da colheita do café, eram produzidas grandes quantidades de farinha de mandioca, feijão e frutas como caju, mangas, goiaba e banana, além de verduras e legumes para o consumo. Essas informações revelam a fertilidade e a diversidade de culturas, no espaço tão pequeno de terra de terras, correspondente ao patrimônio do Posto. Chamando a atenção ainda que, no início de 1959, apenas a farinha e o feijão foram integralmente destinados ao consumo. Nos anos seguintes, as frutas, a mamona e o tomate também foram colhidos em larga escala, assim como considerável parte da produção agrícola nas terras do Posto foi destinada às indústrias na cidade, segundo afirmou Ney Land, membro do Conselho Nacional dos Povos Indígenas (CNPI), na sua descrição sobre o “Posto Xucuru” (apud SILVA, 2008).

Constata-se, pela leitura dos Avisos Mensais expedidos nos anos seguintes, um significativo aumento da produção agrícola destinada à venda, em oposição à diminuição da quantidade para consumo. Os encarregados do Posto por diversas vezes solicitaram ou reclamaram à Inspetoria Regional do SPI no Recife a ausência e/ou atraso dos repasses de recursos, bem como a falta de sementes e ferramentas para os índios, sempre citados como desamparados. Tratava-se dos índios espalhados na Serra do Ororubá, enquanto era vendida quase toda a produção do Posto.

As descrições do Ambiente na Serra do Ororubá elaboradas por Ney Land em 1965 são por demais pessimistas. A estrada do Posto Xucuru até a localidade de Brejinho estava em péssimas condições, com grandes buracos e desfiladeiros, por onde escoavam as águas das chuvas. Para Land, não havia comunicação entre as várias localidades com a Serra do Ororubá. A seca era favorecida pelo clima quente, e a impermeabilidade do solo provocava o rápido escoamento das chuvas, em uma região com duas estações bem definidas: inverno e verão.

A geografia local era de terras altas, com secas, erosões e um pequeno riacho. Ao enfatizar as “reduzidíssimas lavouras”, o plantio dos cajueiros, mangueiras e o cafezal, Ney Land evidenciava outra situação, muito diferente de anos passados recentes da considerável produção agrícola, principalmente de frutas. O membro do CNPI afirmou a inexistência de fauna local, apenas de “pássaros para gaiolas”, bem como a ausência de peixes no riacho. E que, além de um hectare cultivado com milho, o Posto tinha 20 pés de abacate, 30 bananeiras, quatro laranjeiras e 30 mangueiras. No ano anterior, a produção de 20 caixas de goiabas fora vendida à fábrica Peixe.

Outro retrato do Ambiente habitado pelo Xukuru, com uma detalhada riqueza de informações, é encontrado em um Relatório de Estágio de William Ribeiro, em 1971. Em suas observações, Ribeiro enfatizou a grande dimensão da área habitada pelos “remanescentes” Xukuru, afirmado existirem aldeias distantes cerca de 20 km da sede do Posto. Toda a área foi percorrida a cavalo por William, que esteve, dentre outros locais, em Cana Brava, Brejinho e Vila de Cimbres, na Serra do Ororubá.

Na pequena parcela de terras de propriedade do Posto havia, além de fruteiras, muitos pés de café, mas descuidados e prejudicados pelo mato daninho. Após a colheita, o terreno seria preparado para o plantio do café e da mandioca. Na estação chuvosa seriam plantados milho, feijão, maracujá e quiabo, afora goiaba, manga, abacate e jaca, culturas cuja produção encontrava facilmente mercado. Convicto de que, com isso, seriam mudadas as precárias condições de vida dos Xukuru, William afirmava que assim

alcançariam o progresso como meta desejada (apud SILVA, 2008). Todavia, ao observarmos o modelo de produção agroindustrial na região, percebemos que, naquele mesmo período, o cenário para os agricultores Xukuru era muito desfavorável.

A produção agroindustrial e os impactos socioambientais

Durante a década de 1950 também crescera consideravelmente a produção agroindustrial em Pesqueira, porém com um elevado custo social. Na Serra do Ororubá, onde moravam os índios Xukuru do extinto Aldeamento de Cimbres, as fazendas de gado, com grande produção leiteira, dividiam os espaços com o plantio de tomates e frutas destinadas às indústrias de doces e conservas na cidade. Seus antigos habitantes eram expulsos de suas terras e muitos vieram morar na periferia de Pesqueira, onde alguns se tornaram operários das fábricas instaladas na área urbana da cidade (SETTE, 1956). Miséria para muitos e fartura para poucos. O avanço do latifúndio agroindustrial na Serra do Ororubá provocava a escassez da produção de alimentos destinados à cidade, com a elevação dos preços, a pobreza generalizada e a mendicância acentuada, como noticiava a *Gazeta de Pesqueira*, um dos jornais local.

Desde meados da citada década, a fábrica Peixe detinha em seu poder uma grande área agrícola, na qual se situavam as “fazendas” de cultivo, com base no trabalho assalariado. A parceria proposta por aquela indústria, no início dos anos 1960, além de fazer parte de um processo de reestruturação da empresa, foi propagada como uma estratégia para melhorar, mas fundamentalmente o objetivo era modificar as relações de trabalho e produção, salvaguardando os interesses da empresa. A indústria doceira, outrora saudada como promotora do progresso e do grande desenvolvimento regional, dava seus primeiros sinais de decadência, sendo a perda de lucros e os custos sociais considerados naturalmente como remediáveis.

Em uma longa matéria publicada em fins de 1962, em um jornal impresso no Recife e de grande circulação no estado de Pernambuco, as fábricas Peixe anunciavam a execução, com sucesso, de seu plano de Reforma Agrária em Pesqueira e sete municípios vizinhos, onde existiam terras de seu domínio com plantios de tomates e frutas destinadas à fabricação de doces. Após enfatizar a importância econômica daquela indústria doceira para o desenvolvimento municipal e regional, o artigo abordava a preocupação com o problema social e as condições de vida dos trabalhadores (SILVA, 2008).

A “parceria agrícola” estabelecida pela fábrica Peixe estava baseada em um contrato escrito, com “deveres e obrigações de ambas as partes”, em que a empresa deveria dar toda a assistência técnica, sementes, cuidado com o solo, além de irrigação,

habitação para o agricultor e o transporte de toda a sua produção paga em 50%, em um preço previamente fixado pela fábrica Peixe. Por sua parte, o agricultor deveria acatar as normas e determinações previstas no contrato, mantendo em bom estado o solo cultivado, a habitação e as estradas, “recebendo para isso retribuição extra”, não indicada na reportagem. Além disso, ele entregaria toda a sua produção, conforme o preço fixado no contrato, devendo “somente plantar na área reservada à lavoura de subsistência, cereais ou lavouras de ciclo curto, afim de que, concluída a colheita e de acordo com o plano de pecuária, o gado da empresa possa pastar em toda a área, durante dois ou mais meses, até o início das culturas do ano seguinte” (FEITOSA, 1985, p.82).

A proposta da fábrica Peixe constituía fundamentalmente uma resposta das elites econômicas para atenuar os conflitos sociais, decorrentes da concentração de terras e da manutenção de relações de exploração dos trabalhadores rurais em Pesqueira e regiões próximas (FEITOSA, 1985). Os graves problemas sociais eram vistos, antes de tudo, como uma questão de polícia. É sintomático que os recortes de jornais sobre a situação vivenciada estejam no Arquivo Público Estadual de Pernambuco, na documentação dos órgãos de repressão policial na Ditadura Militar.

A fábrica Peixe e as demais indústrias de doces e gêneros alimentícios instaladas em Pesqueira entraram em decadência em fins dos anos 1960. Tal situação se acentuou na década seguinte, em consequência das sucessivas pragas que atingiram a lavoura do tomate, apesar do intenso uso de agrotóxicos que provocaria grave degradação das terras da região. Com as mudanças econômicas, os grandes capitais passaram a ser investidos no Sudeste do país, em fábricas concorrentes; com isso, ocorreu a desagregação dos proprietários, a família dos Brito, e a subsequente venda da empresa a um grupo canadense, chegando, por fim, à falência (CAVALCANTI, 1979).

Considerações finais: os indígenas refazendo a vida, reescrevendo a História no Semiárido

Com as invasões dos fazendeiros e da agroindústria nas terras Xukuru, a situação de penúria indígena durou muitos anos. Em fins de 1990, o povo indígena Xukuru do Ororubá, a despeito das muitas perseguições e violências, liderado pelo conhecido Cacique Xicão, que em maio de 1998 foi assassinado a mando de fazendeiros, se mobilizou e retomou suas terras invadidas pelos latifundiários, conquistando a demarcação oficial do território indígena em 2001.

Uma vez conquistada a terra, os indígenas iniciaram uma experiência de cultivos agroecológicos com resultados exitosos, o que vem garantido a recuperação do solo, o

vicejar de matas com o retorno da fauna e a vida indígena com dignidade no Semiárido pernambucano. Famílias Xukuru do Ororubá, na região da Serra com maior umidade e presença de água por mais tempo mesmo em longos períodos de estiagens, vêm desenvolvendo o plantio orgânico de legumes e verduras, que são postos à venda e disputados pelos consumidores semanalmente nas feiras livres das cidades de Pesqueira e Arcoverde.

As preocupações Xukuru do Ororubá com o Ambiente foram enfatizadas nas duas últimas assembleias anualmente realizadas no mês de maio por aquele povo. Em 2013, por ocasião dos 15 anos do assassinato do Cacique Xicão, ocorreu, na Aldeia Pedra d'Água, a XIII Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá, com o tema “Limolaigotoípe – unindo as forças do Ororubá na construção do bem viver, fortalecendo o respeito do índio com a Natureza”. Estiveram reunidos representantes das aldeias, idosos, mulheres, jovens e crianças indígenas Xukuru, afora as delegações dos povos Truká, Kambiwá, Kapinawá e Pipipã, de Pernambuco, e os Potyguara e os Tabajara, da Paraíba, além de representantes do povo Dakota dos Estados Unidos e de universidades, ONGs, igrejas, órgãos e personalidades públicas e aliados dos povos indígenas. Nas conclusões da Carta Final da citada assembleia, os Xukuru do Ororubá afirmaram:

Nesse processo de luta, muitos foram perseguidos, criminalizados, processados e injustamente condenados, outros tombaram, e suas forças se encantaram e fizeram das matas do Ororubá suas moradas. Dessa forma entendemos que fazem parte da natureza sagrada, sendo assim, reafirmamos o nosso compromisso com o sagrado, nossa mãe natureza, no sentido de proteção e zelo.

Além disso, os indígenas Xukuru do Ororubá deliberaram que, a partir daquela data, toda agricultura praticada no seu território será orgânica, como forma de recuperar as terras degradadas, garantir a qualidade de vida e fortalecer a agricultura familiar.

Na mesma perspectiva, com o tema “Agricultura Xukuru princípio do Bem Viver: cultivando com respeito, proteção e zelo a Nossa Mãe Terra”, ocorreu, em meados de novembro de 2013, na Aldeia Cana Brava o I Encontro de Agricultura e Feira de Troca de Sementes Tradicionais do Povo Xukuru do Ororubá, que reuniu agricultores índios Xukuru, pesquisadores e convidados aliados dos indígenas.

Nesse Encontro, com mesas-redondas, debates e apresentações, afora as trocas de sementes, foram socializadas experiências de agricultura Xukuru do Ororubá e de outros povos indígenas presentes. No evento, promovido como espaço de trocas de sementes e

materiais propagativos das culturas tradicionais Xukuru, foi enfatizada a valorização da agricultura tradicional em suas práticas e procedimentos, como possibilidade de interação com as temáticas da Saúde e da Educação, buscando, ainda, sensibilizar os presentes para as questões de impactos ambientais dentro do território Xukuru do Ororubá e o fortalecimento da organização do povo Xukuru.

Na Assembleia realizada em maio de 2014, outra vez na Aldeia Pedra d'Água, onde estiveram também presentes diversos convidados, com o tema “Limolaigotoípe – terra dos ancestrais: a água é o sangue da Terra”, os Xukuru do Ororubá retomaram suas preocupações com os recursos naturais disponíveis, dessa vez discutindo a importância da água, levando em conta a região do Semiárido onde habitam. Na Carta Final da Assembleia, enfatizaram:

Conscientes dessa realidade desafiadora, após termos concluído a elaboração do mapa hidrográfico do Território Xukuru, fomos unidos espiritualmente através dos rituais conduzidos pelas lideranças religiosas do nosso povo. Como forma de compromisso com a preservação da mãe natureza e a garantia de continuidade das gerações futuras, decidimos que se faz necessário fortalecer em todas as nossas aldeias o processo de conscientização sobre o valor espiritual da água e a utilização correta da mesma, seja para o consumo humano, ou para cultivo da agricultura e criação de animais.

No documento final da citada Assembleia, os Xukuru do Ororubá assumiram, também, o compromisso de participarem da Campanha Internacional “Água e Espiritualidade”, a ser promovida pela ONU como o tema principal do Dia Mundial da Água em 2017. E finalizaram a Carta lembrando as palavras ditas pelo Cacique Xicão: “A Água é o sangue da Terra, as matas são os cabelos da Terra, as pedras são os ossos da Terra”. O território demarcado Xukuru do Ororubá em grande parte era de terras desmatadas, exauridas pelos latifundiários. Fontes secaram ou foram contaminadas pelos agrotóxicos usados pela agroindústria, em uma região onde ocorre a escassez de água nas épocas de longas estiagens.

Após a demarcação, tornaram-se visíveis matas que cresceram em vários pontos do território Xukuru do Ororubá. Uma delas, a mais significativa, é a Mata da Pedra d'Água, na Aldeia do mesmo nome, primeira área retomada pelos indígenas em 1991, por estar sendo desmatada. Era nesse local que, apesar das proibições e perseguições dos fazendeiros, os indígenas realizavam rituais, e é nele também que, atualmente, estão

sepultados guerreiros e guerreiras – ou, como dizem os Xukuru do Ororubá, estão os que, assim como o Cacique Xicão, foram “plantados”, para que deles nasçam novos guerreiros e guerreiras.

Com a caça proibida em comum acordo com os indígenas, circulam notícias da presença de veados e de outros animais. Consta-se, ainda, uma diversidade de pássaros antes considerados extintos nas terras indígenas. As matas são locais tidos como a Natureza sagrada, morada dos “Encantados” cultuados pelo Xukuru do Ororubá, que se reinventam e reescrevem a História como um povo indígena no Semiárido nordestino.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO. Ofício de Henrique Miletão Ministro da Agricultura. Códice Diversos, D38, Recife, 18 mar. 1882.

Referências

ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste. 6ª ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 1998.

CAVALCANTI, C. M. de L. **Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco)**.1979. 102f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1979.

FEITOSA, R. J. R. **Capitalismo e camponeses no Agreste pernambucano: relações entre indústria e agricultura na produção de tomate me Pesqueira – PE**. 1985. 220f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

GALVÃO, S. V. **Dicionário chorográfico, histórico e estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1908.

MEDEIROS, M. C. **Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos oratorianos de Pernambuco (1659-1830)**. João Pessoa: Ideia, 1993.

MELLO, J. A. G. de. Três roteiros de penetração no território pernambucano (1738 e 1802). In: _____. **Da Inquisição ao Império**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2004. p. 87-113.

MELO, M. L. **Os agrestes**. Recife: SUDENE, 1980.

PUNTONI, P. A. **Guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SETTE, H. **Pesqueira: aspectos de sua geografia urbana e de suas interrelações regionais**. Recife: Colégio Estadual de Pernambuco, 1956.

SOBRINHO, V. **As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização**. Recife: Condepe, 2005.

SILVA, E. H. **Xukuru**: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá Pesqueira/PE, 1950-1988. 2008. 300f. Tese (Doutorado em História Social)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.